

ANEXO III - LISTA DE DOCUMENTOS

1. Documentação para Habilitação Jurídica

- a) Formulário 2 (PFDESP - Form 2 - Habilitação) constante do Anexo II desta Lei, preenchido através do responsável legal pela unidade ou por procurador legalmente constituído e documentação de habilitação jurídica anexada, constante do Anexo III desta Lei;
- b) Cópia da cédula de identidade (RG) e Cadastro Pessoa Física (CPF) do do representante legal do requerente;
- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações devidamente registrados;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- e) Decreto de Autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Declaração de que a empresa não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho perigoso, insalubre ou penoso, nem menores de 16 (dezesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal de 1988; e
- g) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

2. Documentação para Regularidade Fiscal e Previdenciária

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da respectiva sede, mediante apresentação da:
 - i. Certidão Negativa de Débitos Inscritos na Dívida Ativa; e
 - ii. Certidão Negativa de Débitos Não-Inscritos na Dívida Ativa.
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da respectiva sede, mediante Certidão Negativa de Débitos Municipais (ISS);

- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); e
- g) Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

3. Habilitação do Empreendimento

- a) Formulário 3 (PFDESP - Form 3 - Descrição do Empreendimento), constante do Anexo II desta Lei, preenchido através do responsável legal pela unidade ou por procurador legalmente constituído.

4. Documentação Técnica

- a) Cópia do IPTU dos imóveis objeto de instalação, ampliação, mudança de endereço e implantação de empreendimento destinado a uso empresarial, caso haja local definido;
- b) Cópia do Protocolo de Intenções ou do Contrato de Opção de Compra/Locação, dos imóveis objeto de instalação, ampliação, mudança de endereço e implantação de empreendimento destinado a uso empresarial, ou se já celebrado, a cópia do contrato de compra/locação do imóvel;
- c) Certidão de Uso e Ocupação do Solo do Município de Santana de Parnaíba do local objeto da instalação;
- d) No caso de um novo empreendimento imobiliário destinado ao uso empresarial, Certidão de Diretrizes do empreendimento;
- e) Formulário 4 - (PFDESP - Especificação Técnica do Empreendimento) constante do Anexo II desta Lei, preenchido, dispensado no caso de novo empreendimento imobiliário destinado ao uso empresarial;
- f) Formulário 4A - (PFDESP - Especificação Técnica do Empreendimento Imobiliário) constante do Anexo II desta Lei, preenchido, apenas no caso de novo empreendimento imobiliário destinado ao uso empresarial;
- g) Cronograma de Implantação.

Nota Geral:

Os prazos de validade dos documentos apresentados na habilitação jurídica, regularidade fiscal e previdenciária, serão os neles inseridos, e no caso de documento apresentado sem prazo de validade, será considerada validade de 120 (cento e vinte) dias da emissão.